

# Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades

CNPJ Nº 11.996.987/0001-62 – Empresa do Sistema Petrobras

## RELATÓRIO ANUAL 2012

### 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 da Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades (CDPU), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

### 2. PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia tem como objetivos principais a análise, adequação e consolidação e/ou ajustes do Projeto Básico, negociação dos contratos necessários para apresentação de uma proposta de investimento, desenvolvimento e negociação de um pacote de financiamento, e condução de outras atividades. Todos estes objetivos estão, intrinsecamente, relacionados à implementação da Central de Utilidades do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Os objetivos da Companhia estão alinhados ao objetivo estratégico da Petrobras de aumentar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

### 3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BÁSICO

Para a continuidade do desenvolvimento deste Projeto e de todas as outras finalidades relacionadas à CDPU, a Petrobras decidiu comprar, em 23 de dezembro de 2011, a participação desta Companhia pertencente à SMU Energia e Serviços de Utilidades Ltda. Com esta aquisição a CDPU passou a ter 100% de suas ações ordinárias pertencentes às empresas do Sistema, o que garantirá a implementação do Projeto Básico.

Em função da aquisição pela Petrobras das ações da CDPU pertencentes à SMU novos Conselheiros de Administração da Companhia foram eleitos, bem como seu Estatuto Social foi reformado, adequando assim, a Companhia às políticas e diretrizes de seu novo Controlador.

### 4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, aos nossos fornecedores, parceiros e força de trabalho na condução dos negócios da Companhia, mesmo enquanto Coligada, nos moldes do Acordo de Acionistas vigente até a compra da participação da SMU e, principalmente, no esforço enviado para a aquisição da totalidade das ações detidas pela Companhia, o que contribuirá significativamente para o desenvolvimento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**HEYDER DE MOURA CARVALHO FILHO**  
Presidente

**MAURICIO MARTINS DA SILVA**  
Conselheiro

**GILBERTO MOURA DA SILVA**  
Conselheiro

#### DIRETORIA

**MAURICIO MARTINS DA SILVA**  
Diretor-Presidente

**ANTONIO CARLOS DA SILVA LOPES**  
Diretor

## BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	338	540	Contas a pagar.....		–	29
Impostos e contribuições a recuperar.....	5.1	13	8	Empréstimos.....		–	35
		<u>351</u>	<u>548</u>			–	64
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Capital social.....	8	25.001	25.001
Impostos e contribuições a recuperar.....	5.2	2.093	2.093	Prejuízos acumulados.....		(561)	(428)
<b>Imobilizado</b> .....	6	21.996	21.996			<u>24.440</u>	<u>24.573</u>
<b>Total do ativo</b> .....		<u>24.440</u>	<u>24.637</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....		<u>24.440</u>	<u>24.637</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2012	2011
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas tributárias.....		(26)	(15)
Despesas gerais e administrativas.....		(123)	(131)
<b>Resultado antes das receitas financeiras</b> .....		<u>(149)</u>	<u>(146)</u>
Receitas financeiras.....	3.4	16	39
<b>Prejuízo do exercício</b> .....		<u>(133)</u>	<u>(107)</u>
<b>Prejuízo do exercício por ação do capital social - básico e diluído em R\$</b> .....		<u>(0.005)</u>	<u>(0.004)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b> .....	1	(1)	(321)	(321)
Aumento do capital social.....	25.000	–	–	25.000
Integralização do capital social.....	–	1	–	1
Prejuízo do exercício.....	–	–	(107)	(107)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b> .....	<u>25.001</u>	<u>–</u>	<u>(428)</u>	<u>24.573</u>
Prejuízo do exercício.....	–	–	(133)	(133)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b> .....	<u>25.001</u>	<u>–</u>	<u>(561)</u>	<u>24.440</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
<b>Fluxo de Caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício.....	(133)	(107)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Aumento nos impostos e contribuições a recuperar.....	(5)	(6)
Diminuição de impostos e contribuições a recolher.....	–	(444)
(Diminuição)/Aumento de contas a pagar.....	(29)	29
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais</b> .....	<u>(167)</u>	<u>(528)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos com terceiros.....	(35)	35
Amortização de empréstimos com Partes relacionadas.....	–	(5.323)
Aumento de capital em espécie.....	–	5.000
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b> .....	<u>(35)</u>	<u>(288)</u>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa no exercício</b> .....	<u>(202)</u>	<u>(816)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro.....	540	1.356
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro.....	<u>338</u>	<u>540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
<b>Receitas</b>		
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Serviços de terceiros e outros.....	(123)	(131)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade</b>	<u>(123)</u>	<u>(131)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receita financeira - inclui variações monetárias.....	16	39
<b>Valor adicionado a reter</b>	<u>(107)</u>	<u>(92)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Tributos</b>		
Federais.....	26	15
<b>Acionistas</b>		
Prejuízo do exercício.....	(133)	(107)
<b>Valor retido</b>	<u>(107)</u>	<u>(92)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

### 1 A SOCIEDADE E SUAS OPERAÇÕES

A Companhia de Desenvolvimento de Plantas e Utilidades ("CDPU" ou "Sociedade") cuja sede está localizada no Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob forma de Sociedade Anônima em 28 de abril de 2010, tendo como objetivo principal a análise e adequação e consolidação e/ou ajustes do Projeto Básico, negociação de contratos, relativos a um pacote de financiamento e condução de outras atividades necessárias relacionadas à implementação da Central de Utilidades do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Em 28 de abril de 2010, foi assinado o Acordo de Acionistas que determina as regras de relacionamento vigentes entre a Comperj Participações S.A. e a SMU Energia e Serviços de Utilidades Ltda. (SMU), então acionistas da Sociedade.

Em 30 de setembro de 2010 e 30 de novembro de 2010 a Comperj Participações S.A. celebrou os aditivos 2 e 3 do Contrato de Negociação de Parceria, onde houve a inclusão das empresas parceiras UTC Participações Ltda, Foz do Brasil S.A., Lumina Resíduos Industriais S.A. e Ecoaqua Soluções S.A.

Em 6 de outubro de 2011 a Diretoria da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras não aprovou a continuidade das negociações para a constituição de uma parceria com a SMU e encaminhou ao Conselho de Administração proposta para o exercício da opção de compra das ações detidas pela SMU na Sociedade. Tal proposta foi ratificada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 22 de dezembro de 2011.

Em 23 de dezembro de 2011 a Petrobras exerceu a opção de compra e adquiriu as ações detidas pela SMU na Sociedade. Ao final dessa operação a Petrobras passou a deter 80% do capital social da Sociedade e a Comperj Participações S.A. manteve a sua participação em 20%.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Encontra-se em estudo uma possível aprovação do processo de incorporação da Sociedade e das Empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

### 2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2013.

#### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

#### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### 2.5 Reclassificações de períodos anteriores

Para melhor comparabilidade com o período atual, foi efetuada transferência de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 1.945, que até o ano de 2011 faziam parte do custo de imobilizações em andamento, para impostos a recuperar não circulante (Nota Explicativa nº 6).

Esta reclassificação não afetou o resultado e o patrimônio líquido da Sociedade.

### 3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### 3.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

### 3.2 Ativos e passivos financeiros

#### 3.2.1 Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### 3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

#### 3.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem limite de cheque especial bancário como seu único passivo financeiro não derivativo.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### 3.2.4 Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### 3.3 Ativo imobilizado

##### 3.3.1 Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. A depreciação será calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, a partir do momento em que os componentes do ativo imobilizado da Sociedade entrarem em operação.

O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

##### 3.3.2 Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido adorado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 3.4 Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. No exercício de 2012 a Sociedade apurou receitas financeiras no montante de R\$ 16 (R\$ 39 em 2011).

# Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades

CNPJ Nº 11.996.987/0001-62 – Empresa do Sistema Petrobras

## 3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas no Regime Tributário de Transição ("RTT"), que foi instituído pela Lei nº 11.941/09. Com isso esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, cujas bases não consideraram as alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

## 3.6 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

## 3.7 Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

## 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à vista .....	-	36
Aplicações financeiras .....	338	504
	<u>338</u>	<u>540</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade possuía saldo na conta de aplicação financeira, correspondentes a cotas de fundo de investimento no banco HSBC, sendo tais cotas conversíveis em numerário, resgatáveis a qualquer tempo, no decorrer do tempo do prazo de duração do fundo.

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros está divulgada na nota explicativa nº 10.

## 5 IMPOSTOS A RECUPERAR/A RECOLHER

### 5.1 Impostos a recuperar circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante, em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 13 (R\$ 8 em 2011), refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações.

### 5.2 Impostos a recuperar não circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo não circulante no valor de R\$ 2.093, que permaneceu inalterado em relação ao saldo registrado no ano de 2011 (conforme Nota Explicativa nº 2.5), refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre os serviços contratados nas obras em andamento.

## 6 IMOBILIZADO

Refere-se a gastos para elaboração do Projeto Básico que será utilizado para a implementação da Central de Utilidades do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Durante o exercício de 2012 não houve capitalizações. A movimentação ocorrida durante o ano no montante de (R\$ 1.945) refere-se à reclassificação para impostos a recuperar no não circulante de valores de PIS e COFINS classificados como imobilizações em andamento. A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	<u>Imobilizações em andamento</u>
<b>Custo do imobilizado bruto</b>	
Saldo em 1º de janeiro de 2011 .....	23.026
Juros capitalizados .....	1.189
Baixas e transferências .....	(274)
Transferência para o ativo não circulante .....	(1.945)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b> .....	<u>21.996</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b> .....	<u>21.996</u>

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**HEYDER DE MOURA CARVALHO FILHO**  
Presidente

**MAURICIO MARTINS DA SILVA**  
Conselheiro

**GILBERTO MOURA DA SILVA**  
Conselheiro

**DOMINGUES E PINHO CONTADORES** - Contador - CRC-RJ 001137/O-0

## DIRETORIA

**MAURICIO MARTINS DA SILVA**  
Diretor-Presidente

**ANTONIO CARLOS DA SILVA LOPES**  
Diretor

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas

### Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## 7 REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A Sociedade não possui pessoal próprio e, desta forma, nos exercícios de 2012 e 2011 não foram pagas remunerações a empregados e dirigentes.

## 8 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$ 25.001 divididos em 25.001 lotes de mil ações ordinárias e sem valor nominal, como segue:

Petrobras S.A. ....	<u>20.001</u>
Comperj Participações S.A. ....	<u>5.000</u>
<b>Total</b> .....	<u><u>25.001</u></u>

## 9 COBERTURA DE SEGUROS

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade possui cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

### 10.1 Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

### 10.2 Mensuração dos instrumentos financeiros

O saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) está mensurado ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Companhia foi constituída com o objetivo de atender às necessidades das operações e ao plano do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e que encontra-se em estudo uma possível aprovação do processo de incorporação da Sociedade e das Empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

## Outros assuntos

### Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2012, sem ressalvas, com o parágrafo de ênfase de mesmo teor do incluído neste relatório.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013